



destaques do mês

Leilão atrai investimentos de R\$ 7 bilhões em petróleo

Os investimentos previstos pelas empresas que arremataram áreas para exploração de petróleo e gás são estimados em R\$ 7 bilhões. A 11ª Rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) teve arrecadação recorde de R\$ 2,8 bilhões em bônus de concessão. Esse valor supera em mais de R\$ 700 milhões os R\$ 2,1 bilhões obtidos em novembro de 2007, na 9ª Rodada, a última de grande porte. Foi também batido o recorde de bônus por um só bloco. O consórcio formado pela francesa Total, Petrobras e a britânica BP pagou R\$ 345,9 milhões pelo FZA-M-57, na Foz do Amazonas. Houve grande disputa pelos blocos em águas ultraprofundas da margem equatorial, que engloba os Estados do Pará, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, arrematados por gigantes como Chevron, Exxon, BP, BHP Billiton e a própria Petrobras. Além do investimento de R\$ 7 bilhões na exploração dos 142 blocos concedidos, de 289 ofertados, o ágio total sobre o valor mínimo previsto para a rodada foi de 798%. O resultado abre boa perspectiva para os leilões da 12ª Rodada, prevista para outubro, cujo foco será a produção de gás natural, inclusive o gás de xisto. (15.05.2013 - Valor Econômico)

Estudo prevê nova crise aérea no Brasil em 7 anos

O Brasil passará por um segundo gargalo aéreo na década de 2020, após a Copa do Mundo e as Olimpíadas. De acordo com estudo da FGV, o País terá de lidar em seguida com a saturação nas pistas e no tráfego de aviões sobre os aeroportos. Hoje, já há uma pista sobrecarregada: a do aeroporto de Congonhas. A pista de Viracopos deve chegar ao seu limite até 2020. A partir daí, a situação se complica: até 2030, mais uma dezena de aeroportos nas principais capitais vão precisar de investimentos em suas pistas. Isso porque o atual "caos aéreo" brasileiro não é exatamente aéreo, mas terrestre, no embarque. Já o número médio de pousos e decolagens por hora em si é baixo: 38, ante uma média global de 88. Com o tempo, a tendência é que o número brasileiro se aproxime do internacional. Em 2002, o Brasil realizou apenas 36 milhões de embarques. Em 2012, já eram 101 milhões, mas para os especialistas esse número ainda é pequeno para um país de 200 milhões de habitantes. Os EUA, com população de 300 milhões, realizam 650 milhões de embarques ao ano. A FGV estima que o Brasil terá 195 milhões de passageiros em 2020 e 312 milhões em 2030. Nesse cenário, serão necessários investimentos de cerca de R\$ 30 bilhões até 2030 para adequar os aeroportos. A maior parte desse valor, entre R\$ 10,7 bilhões e R\$ 14,2 bilhões, terá de ser desembolsada entre 2020 e 2030. Para Gesner Oliveira, coordenador do estudo, a solução para eliminar esses gargalos é expandir o investimento privado no setor. Oliveira afirma que evitar um segundo apagão aéreo após os grandes eventos esportivos dependerá da agilidade nas novas concessões. (28.05.2013 - Folha de São Paulo)

painel

■ Audiência Pública que trata do edital de concessão da ampliação do aeroporto de Galeão e Confins

Estão em Audiência Pública as minutas do edital de Licitação e Contrato de Concessão e relativos à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão e do Aeroporto de Confins. As contribuições deverão ser encaminhadas até as 18 horas do dia 30 de junho de 2013. Mais informações: www.anac.gov.br

■ Audiência Pública sobre o reembolso do custo de combustíveis de usinas a carvão mineral

A ANEEL disponibilizou para audiência pública a Resolução Normativa nº 500/2012, que estabelece os procedimentos para reembolso, pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), do custo de combustíveis de usinas que utilizam carvão mineral nacional. As contribuições poderão ser enviadas até 1º de julho de 2013. Mais informações: www.aneel.gov.br

Sem ferrovia, Santos pressionará Rodoanel

O atraso nas concessões de ferrovias do Governo Federal pode acabar por despejar mais 200 mil caminhões por ano nas estradas do Estado de São Paulo, principalmente no Rodoanel, a partir de 2015, ampliando a dependência do porto de Santos do transporte rodoviário. Esse volume corresponde ao número de viagens de caminhões de 25 toneladas necessárias para substituir trens de carga que hoje cruzam a área central da capital transportando açúcar, soja, contêiner, bauxita e aço do interior do país para Santos e também para o Sul. A partir de 2014, essa circulação de cargueiros não poderá mais ser feita. É que a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) vai aumentar a quantidade de trens de passageiros na ferrovia e avalia que será "inviável" continuar a compartilhar as linhas com o transporte de carga. Em 2012, entre 4 milhões e 5 milhões de toneladas de produtos atravessaram a região central da cidade em trens. Esse volume só poderá continuar a ser transportado por ferrovia quando pelo menos um dos novos trechos do Ferroanel de São Paulo estiver pronto. A obra faz parte de um corredor ferroviário de exportação que interliga o Centro-Oeste ao maior porto do País. Em 2011, os governos Federal e de São Paulo decidiram fazer em parceria os trechos Sul e Norte do Ferroanel. A intenção era começar a obra do trecho Norte junto com o Rodoanel, o que aceleraria e baratearia as obras. Mas indefinições do governo federal sobre como construir a ferrovia fizeram com que, até hoje, o Ferroanel não tenha sequer licitação em andamento. A avaliação é que será impossível concluí-lo no ano que vem, como previsto inicialmente. Com isso, as alternativas são: reduzir horários para o transporte de passageiros, deixar de transportar a carga ou transportá-la em 200 mil viagens de caminhão. Essa última alternativa representaria um incremento de cerca de 2% na movimentação média diária do trecho do Rodoanel, segundo dados do DER-SP de 2012. (24.05.2013 - Folha de São Paulo)

Produção de gás de xisto só será viável em 2023, diz superintendente da ANP

O superintendente adjunto de segurança operacional e meio ambiente da Associação Nacional do Petróleo (ANP), Hugo Affonso, disse que a produção de gás de xisto no Brasil só será viável em 2023 caso os investimentos comecem a ser feitos já. O superintendente afirma que demorará cerca de dez anos para a produção de gás de xisto se tornar viável. Segundo dados do Agência Internacional de Energia (AIE), o Brasil ocupa a 10ª posição no ranking mundial que mede a quantidade de reservas recuperáveis de gás de xisto, com 6,4 trilhões m³. A lista é liderada pela China, com 36,1 trilhões m³, seguida por Estados Unidos (24,4 trilhões) e pelo México (19,3 trilhões). O vice-diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP), Colombo Tassinari, afirmou que explorar a reserva nacional de gás não convencional pode trazer benefícios para o setor industrial. Ele afirmou que a exploração do gás de xisto vai contribuir muito para a competitividade da indústria brasileira. Nos Estados Unidos, por exemplo, o aumento da produção desse tipo de gás levou a uma queda no preço do insumo: de cerca de US\$ 12 para US\$ 3 por milhão de BTU. No Brasil, o preço do gás convencional está entre US\$ 12 e US\$ 16 por milhão de BTU. (20.05.2013 - Abegas)

■ ANP abre Consulta Pública sobre a desativação de áreas de concessão

A ANP abriu consulta pública para discutir a resolução ANP nº 13/2011, que versa sobre procedimentos de desativação de instalações e devolução de áreas de concessão na Fase de Exploração. As contribuições poderão ser enviadas até 14 de julho de 2013. Mais informações: www.anp.gov.br

■ ANP abre Consulta Pública sobre a Ampliação da Capacidade de Transporte de Gasodutos

Está em consulta pública pela ANP a Resolução que trata da Caracterização da Ampliação de Capacidade de Transporte de Gasodutos de Transporte, elaborada visando atender ao disposto no Art. 72 do Decreto nº 7.382 de 02 de dezembro de 2010. O prazo para envio de subsídios e informações adicionais é 16 de julho de 2013. Mais informações: www.anp.gov.br

Governo permite pedágio até 62% mais caro em rodovias

O pedágio cobrado dos usuários nas rodovias federais que serão concedidas à iniciativa privada pode ficar até 62% mais caro do que o inicialmente planejado pelo Governo. O reajuste nos valores previstos nos editais de concessão, que estão em fase final de discussão, foi a forma encontrada para oferecer uma taxa de retorno mais elevada e atrair investidores para participar dos leilões. Esse é o percentual de aumento aplicado no pedágio atualmente previsto na concessão da rodovia BR 153, em Goiás e Tocantins. O pedágio máximo era de até R\$ 5,84 por trecho de cem quilômetros na audiência pública que divulgou os editais. Após a última revisão, o Governo estima a tarifa máxima em R\$ 9,48 por trecho de cem quilômetros. O menor reajuste entre todos os sete trechos que serão leiloados é de 33% na rodovia BR 163/262/267, no Mato Grosso do Sul. A estimativa inicial do governo era de um pedágio de R\$ 7,10 por trecho de cem quilômetros, e subiu para R\$ 9,47, segundo relatório da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Desde a divulgação do edital de concessão, em agosto de 2012, o governo já reviu duas vezes as tarifas máximas de pedágio. Num primeiro momento, manteve a taxa interna de retorno (TIR) em 5,5% ao ano, mas aumentou o prazo de concessão de 25 anos para 30 anos e melhorou as condições de financiamento dos projetos, entre elas juros de 1,5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 5%. Essas alterações tiveram reflexo nos preços dos pedágios, que subiram. A tarifa máxima na BR 262, no Espírito Santo e Minas Gerais, por exemplo, passou de R\$ 7,82 por cem quilômetros para R\$ 10,15 por cem quilômetros. Como essa melhora na rentabilidade não foi suficiente para garantir o sucesso dos leilões, o governo decidiu mexer novamente nas condições e, dessa vez, elevou a taxa de retorno dos investidores de 5,5% ao ano para 7,2% ao ano. De acordo com essa última revisão, o pedágio mais alto poderá ser cobrado na BR 101 na Bahia - R\$ 11,51 por trecho de 100 quilômetros; e o mais baixo é o da BR 153 no Mato Grosso, estimado em R\$ 4,66 por trecho. (29.05.2013 - Valor Econômico)

■ Audiência Pública sobre Leilão de energia elétrica nos Sistemas Isolados

As contribuições para o modelo de Edital de Leilão para contratação de potência e energia elétrica de agente vendedor nos Sistemas Isolados poderão ser enviadas até 31 de julho de 2013. Mais informações: www.aneel.gov.br

Obra da Transnordestina nem chegou à metade, mas orçamento quase dobrou

Com dois anos e meio de atraso, as obras da Ferrovia Transnordestina, uma das grandes promessas do governo Lula, ainda não estão nem na metade, mas o orçamento não para de crescer. Começou com R\$ 4,5 bilhões, em 2007; foi reajustado para R\$ 5,4 bilhões, em 2010; e acaba de ser revisto para R\$ 7,5 bilhões. O detalhe é que o aumento do custo não vai parar por aí: por contrato, o valor é corrigido pela inflação e, segundo pessoas envolvidas no projeto, já estaria em mais de R\$ 8 bilhões. (26.05.2013 - Estado de São Paulo)

Anatel aprova novas regras de competição

O conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a atualização do regulamento de serviços de internet, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). De acordo com o comando da agência, a decisão, que inclui alterações em regulamentos inter-relacionados, veio para conferir um novo impulso à oferta de multisserviços, com planos que incluem telefonia fixa, TV paga e conexão à internet (combos). A proposta da Anatel reduz drasticamente o custo das licenças de serviços para incentivar os pequenos e médios prestadores. A agência baixou de R\$ 9 mil para R\$ 400 o desembolso para oferecer apenas internet. Com a simplificação dos procedimentos para emissão de licença, o custo das três autorizações de serviços de voz, dados e TV - pacote também conhecido por "triple play" - cairá para R\$ 9 mil, e não mais os R\$ 27 mil cobrados hoje. De acordo com o presidente da Anatel, João Rezende, é importante que as empresas obtenham recursos de numeração para oferecer serviços de voz pela internet (VoIP). "Essa é uma evolução dos serviços muito importante. Ao abrir a possibilidade de as empresas terem numeração, atendemos um pleito antigo que sempre foi apresentado nos fóruns de debate com o setor", disse. Embora no regulamento não esteja contemplado o plano de numeração, o acesso a esses recursos será alcançado, segundo a agência, pela facilitação à licença do tradicional serviço voz fixo (STFC). (24.05.2013 - Valor Econômico)

Primeira licitação do pré-sal terá uma só mega-área e será em outubro

O Governo antecipou a primeira licitação no modelo de partilha, de novembro para outubro de 2013. A diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard, informou que o leilão terá uma única área ofertada, Libra, reservatório de cerca de 1,5 mil quilômetros quadrados com uma coluna de 326 metros de óleo leve, com 26 graus na escala do American Petroleum Institute (API). De acordo com a ANP o potencial estimado de óleo "in situ" (volume total de óleo na área) de Libra é de 26 bilhões a 42 bilhões de barris, bem acima dos 18 bilhões de barris da última estimativa do órgão. Para efeito de comparação, o total de reservas provadas de petróleo do Brasil, segundo a ANP, é de 14,5 bilhões de barris. Apenas a Petrobras, pelo mesmo critério da agência, tem reservas provadas de 13,7 bilhões de barris. O edital com as regras do primeiro leilão do pré-sal sairá em junho. O local do leilão também deve ser alterado, do Rio para Brasília, para ter a presença da presidente Dilma Rousseff. A nova estimativa de reservas de Libra foi obtida com uma interpretação feita pela ANP, a partir de resultados da perfuração de um poço e na última sísmica feita pela CGG Veritas. De acordo com Magda, os contratos de concessão dos vencedores terão prazo de 35 anos, improrrogável. O prazo, diz, vai estimular o desenvolvimento mais rápido da área. A 12ª Rodada, que ofertará áreas com potencial de descobertas de gás natural, foi adiada de outubro para novembro. A diretora-geral também afirmou que, devido ao potencial de volume de petróleo no polígono do pré-sal, licitações desse tipo não deverão ser anuais. Provavelmente os leilões serão a cada dois anos e o segundo só deve ser entre 2015 e 2016. No leilão de outubro, os concorrentes terão que fixar um bônus por assinatura, um valor de programa exploratório mínimo e um percentual de compromisso de conteúdo local. (24.05.2013 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de abril de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.973	1.303	3.097	3.965	3.667	15.005
Otimista	2.973	1.303	3.097	4.421	3.667	15.461

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.266	1.179	1.350	0	0	3.795
Otimista	1.288	1.179	1.400	650	0	4.517

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.164	1.147	595	0	0	3.906
Otimista	2.903	3.864	2.115	555	18	9.455

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	6.403	3.630	5.042	3.965	3.667	22.707
Otimista	7.164	6.346	6.612	5.625	3.684	29.433

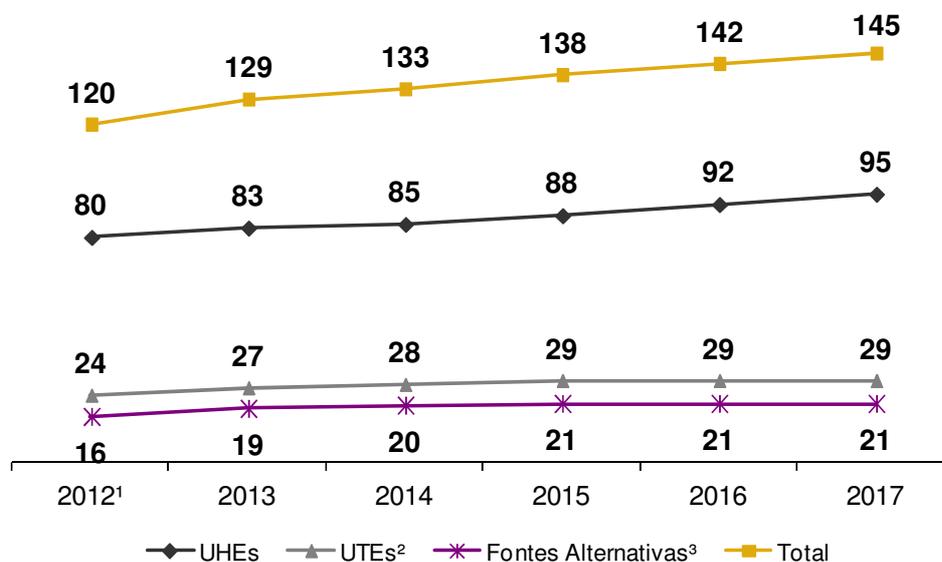
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de abril de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,4 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

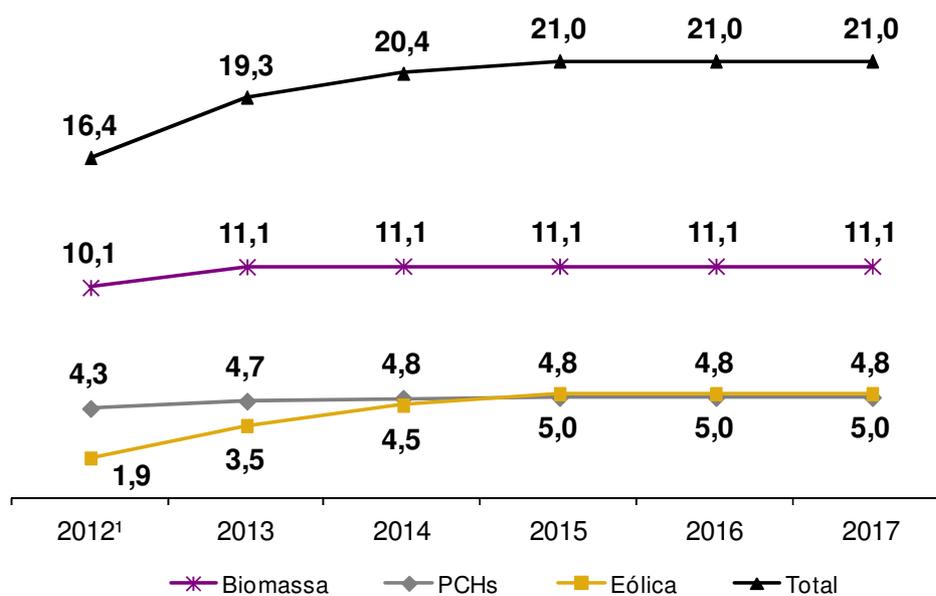
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 19% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,4 e 3,2%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,5 mil MW até 2017, sendo que cerca de 3,8 mil MW (84%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com treze unidades geradoras em operação comercial e quatro em fase de comissionamento (Unidades 14, 15, 16 e 17), com previsão de entrada em operação de forma sequencial, nos próximos 60 dias. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia. Porém o despacho da UHE Santo Antônio está limitado à capacidade do sistema regional até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de implantação e testes. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 já estão em comissionamento, com previsão de operação para o final do primeiro semestre do ano em curso, junto com a Linha de Transmissão em 600 kV.

A geração comercial da primeira unidade da hidrelétrica de Jirau, prevista para o início do segundo semestre de 2013, está condicionada ao término do enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 445 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,1 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

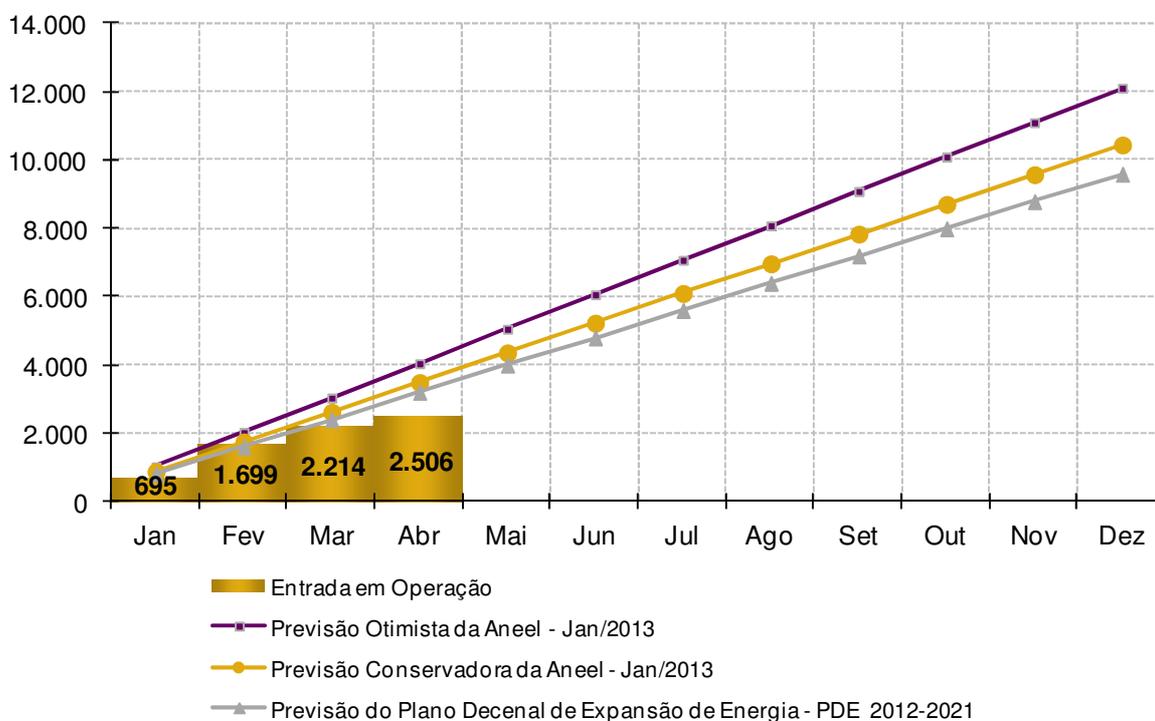
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 557 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,4 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7 mil MW, apenas 42% da potência (2,9 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

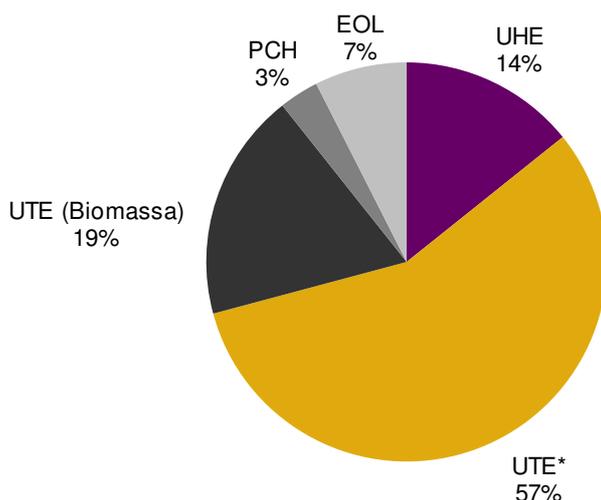
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de abril de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de abril, entraram em operação 2.506 MW. Desse total, as UTEs representaram 57% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 19% da potência total instalada, as UHEs representaram 14%, as PCH e EOL representaram 3% e 7% respectivamente, da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de abril de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em abril de 2013, 38.588 GWh, apresentando um valor 2% superior ao observado em abril de 2012 e no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.537 GWh, valor similar ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi 2% inferior.

De acordo com a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), o consumo industrial de energia elétrica apresentou crescimento de 2,1% em abril quando comparado ao consumo de março. Esse comportamento representaria uma possível recuperação da produção industrial. É importante também considerar o efeito da indústria eletrointensiva que vive momento de retração. Excluído esse setor, estima-se que o consumo industrial de energia na rede tenha crescido 1,3% na comparação com maio do ano anterior.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Abril 2012	Abril 2013	Var. %	Jan-Abr 2012	Jan-Abr 2013	Var. %
Residencial	9.928	10.293	4	39.683	42.018	6
Industrial	15.534	15.537	0	60.709	59.608	-2
Comercial	6.856	7.035	3	27.002	28.394	5
Outras	5.676	5.723	1	22.444	23.168	3
Total	37.994	38.588	2	149.838	153.188	2

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de abril de 2013 foi de 60 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 5% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 9% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em abril de 2013 foi de aproximadamente 24,7°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 65% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 26% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

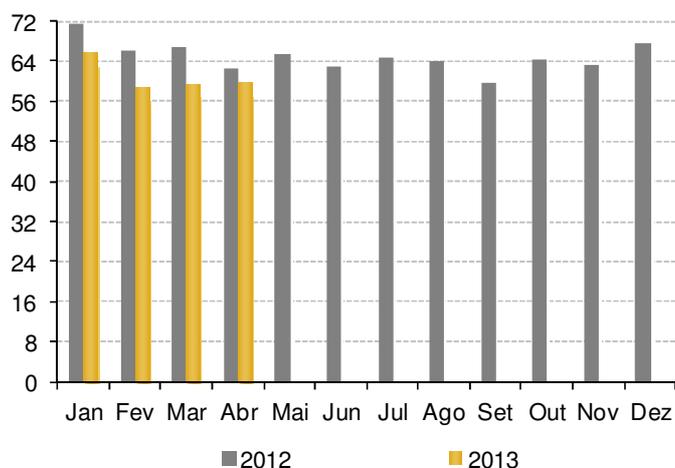
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em abril de 2013, foi de 64 milhões de bep. Esse volume foi 9% superior ao observado em março de 2012 e no acumulado do ano.

De acordo com a ANP, em abril de 2013, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em abril de 2013, foi de 7,5 milhões de bep, valor 64% inferior ao exportado em abril de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 50%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

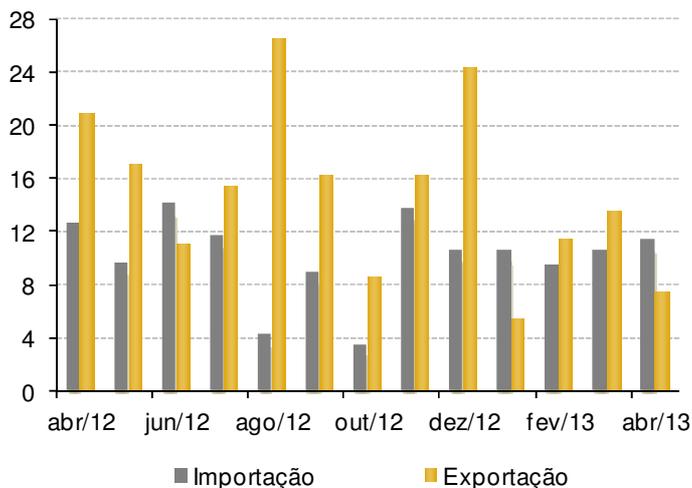
O preço médio do petróleo importado pelo País, em abril de 2013, foi de US\$ 123,23/barril, valor 5,5% inferior ao observado em abril de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



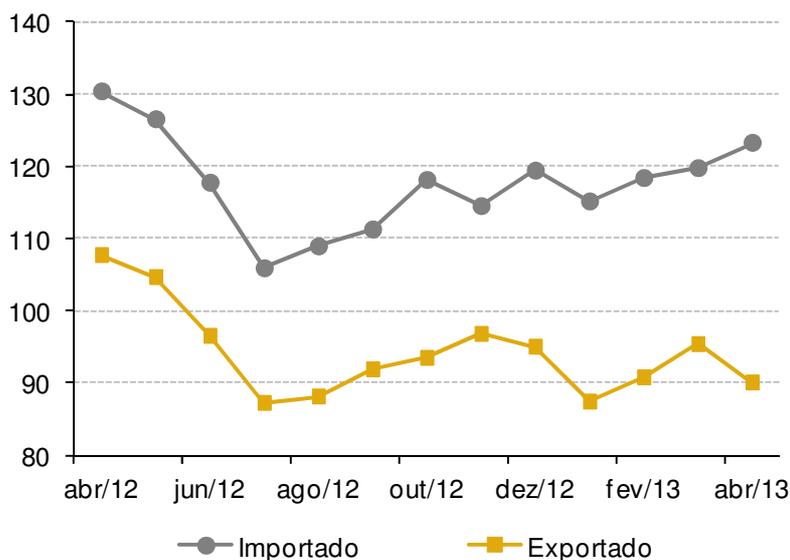
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

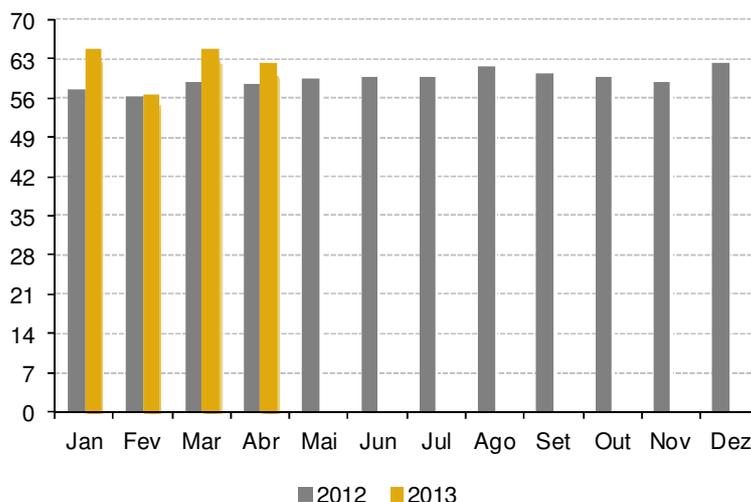


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

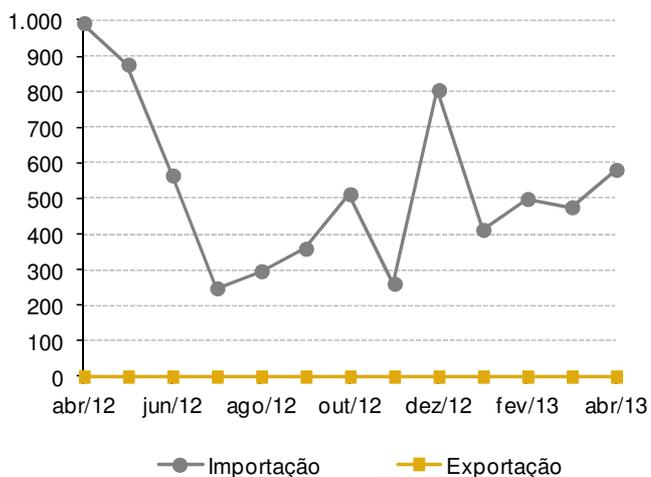
Em abril de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 62 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 6% superior ao produzido em abril de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



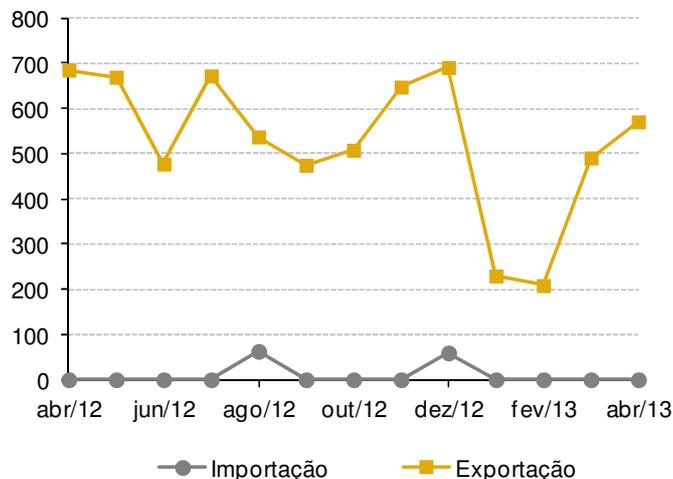
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

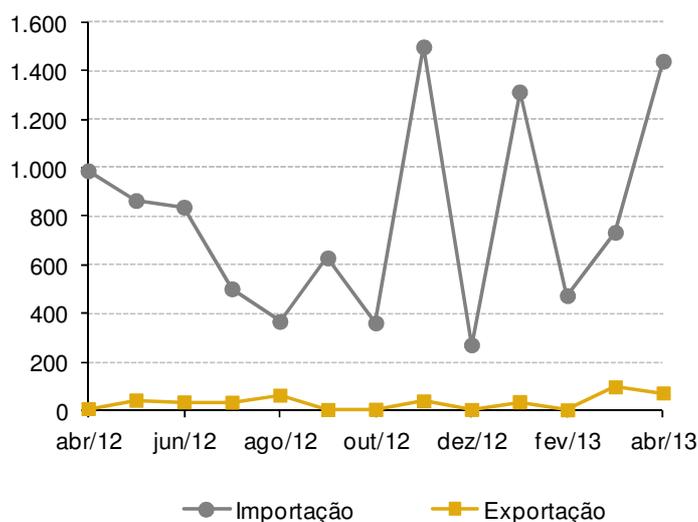


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em abril de 2013, foi de 19 milhões bep, valor 14% superior ao registrado em abril do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 17%.

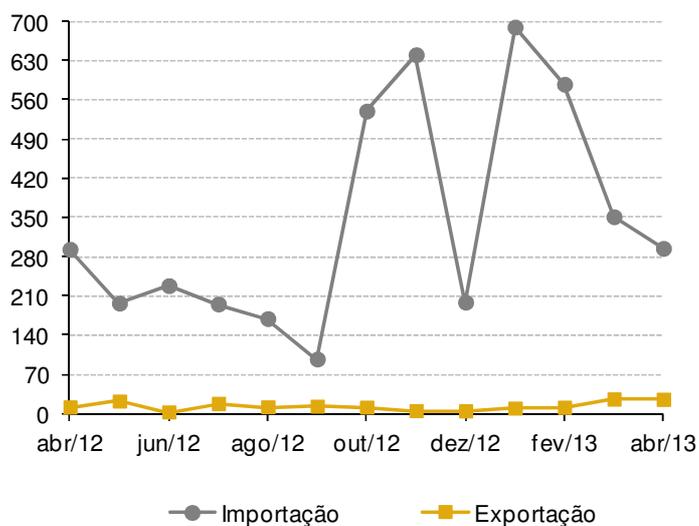
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em abril de 2013, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 4% superior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 20% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em abril de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 20% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 15 milhões de bep frente a um consumo aparente de 74 milhões de bep. Em abril de 2012, a dependência externa foi nula. No acumulado do ano, foi observada uma dependência de 14%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Abril/2012	jan-abr/2012	Abril/2013	jan-abr/2013
Produção de Petróleo (a)	63	268	60	244
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-8	-39	4	4
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	21	11	37
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	63	249	74	285
Dependência Externa (e)=(d-a)	0	-18	14	41
Dependência Externa (%) (e)/(d)	0	-7	20	14

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em abril de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 2 bilhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 2 bilhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 683 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 6 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Abril/2012	jan-abr/2012	Abril/2013	jan-abr/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.251	7.603	676	3.472
Dispêndio com importação (b)	1.644	4.615	1.406	5.017
Balança Comercial (c)=(a-b)	607	2.987	-731	-1.545
Derivados				
Receita com exportação (d)	933	3.816	944	3.061
Dispêndio com importação (e)	2.223	6.609	2.288	7.466
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.290	-2.793	-1.344	-4.405
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.184	11.418	1.620	6.533
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.866	11.224	3.694	12.483
Balança Total (i)=(g)-h)	-683	194	-2.074	-5.950

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

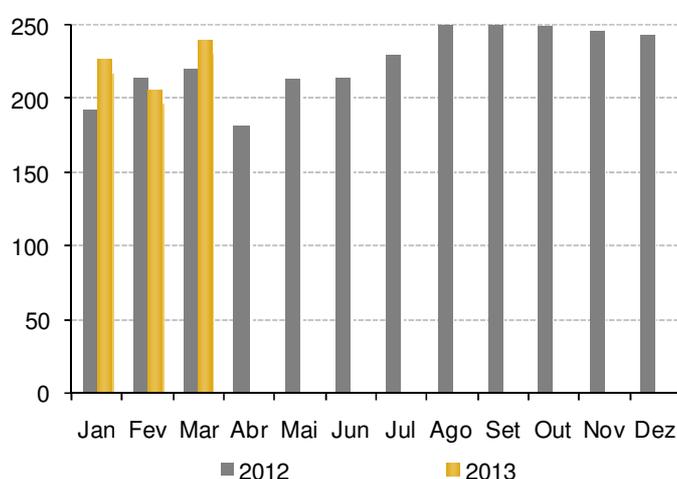
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizado os dados referentes a produção de Biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis. A produção nacional de biodiesel, em março de 2013, foi de 240 mil m³, montante 9% superior ao produzido em março de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 7% superior.

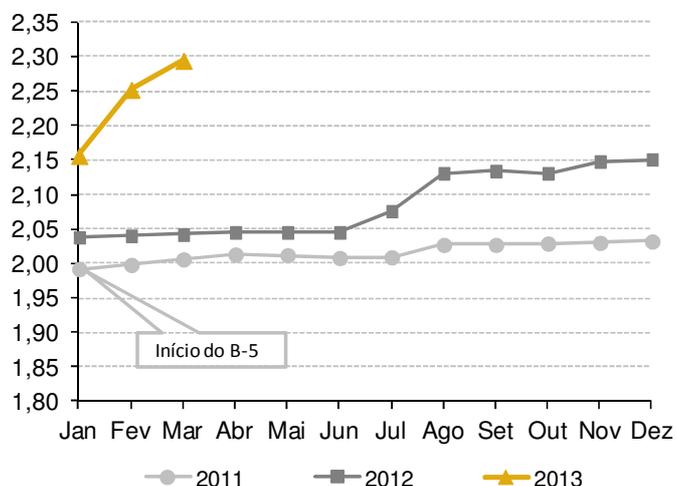
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2013, foi de R\$ 2,29/ℓ, valor 12% superior observado em março de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

Até o fechamento desta edição, o MAPA não havia atualizado os dados referentes a produção de álcool e açúcar. Seguem as últimas informações disponíveis A safra 2012/2013 produziu, até o dia 31 de março de 2013, 23.456 mil m³ de álcool, sendo 13.763 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 2% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com queda na produção do álcool hidratado e alta na produção de álcool anidro.

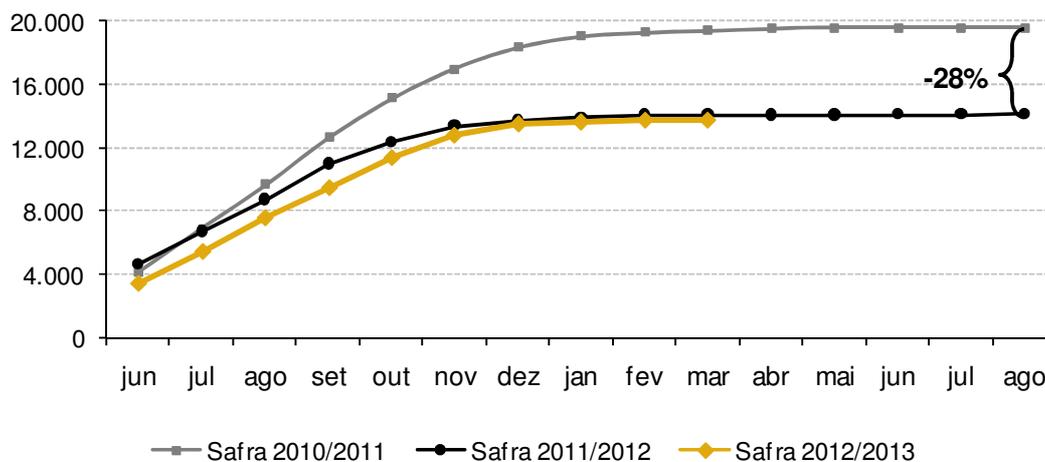
A produção de açúcar apresentou alta. Até 31 de março de 2013, produziu-se 38.348 mil ton de açúcar, volume 7% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 31 de março de 2012)	Safra 2012/2013 (até 31 de março de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	8.606	9.693	13
Álcool Hidratado (mil m ³)	14.068	13.763	-2
Total Álcool (mil m³)	22.674	23.456	3
Açúcar (mil ton)	35.949	38.348	7

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



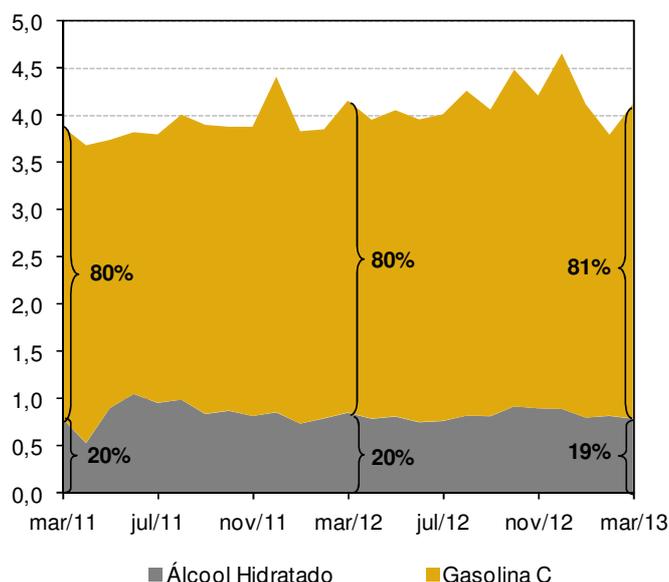
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 789 mil m³ em março de 2013. Esse número representa uma diminuição de 7,5% em relação a março de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 1,1% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

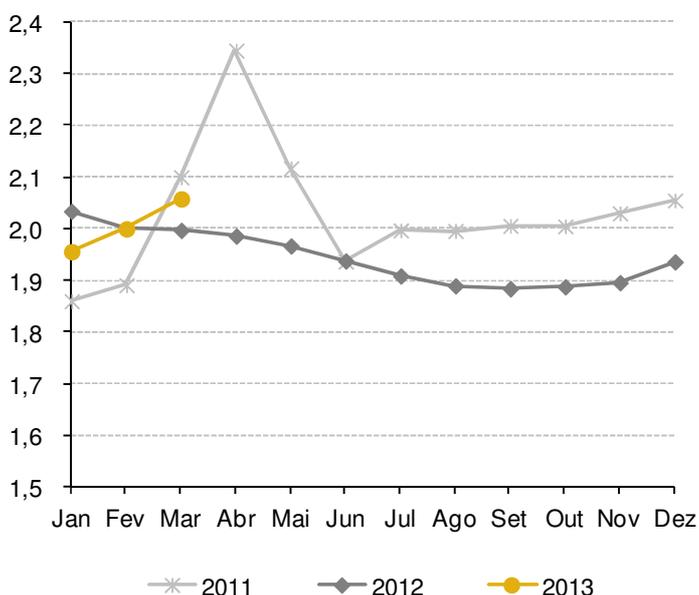
Em março de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,058/ℓ, valor 3,1% superior ao registrado em março de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



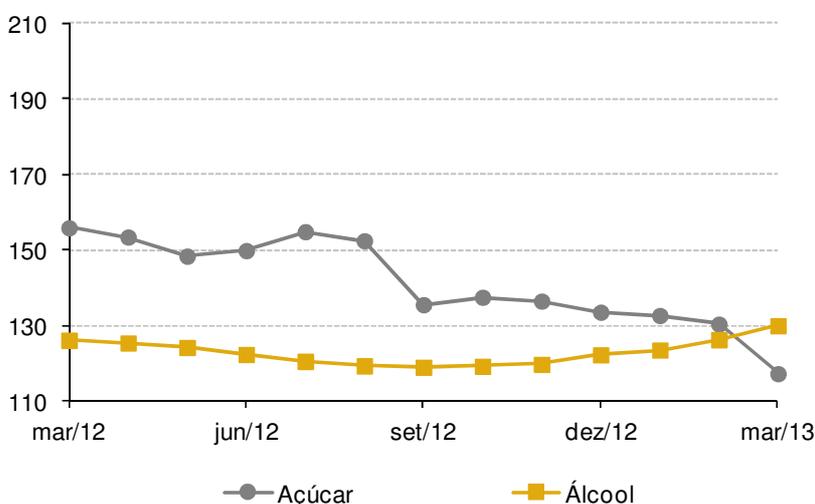
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.
* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em abril de 2013, foi de 74.701 mil m³, representando um aumento de 14% comparado à média verificada em abril de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 12% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País em abril de 2013 foi de 45.024, mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 96.124 mil m³/dia. Este montante é 19% superior ao observado em abril de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 36% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em abril de 2013. Em abril de 2012, essa proporção havia sido de 35%.

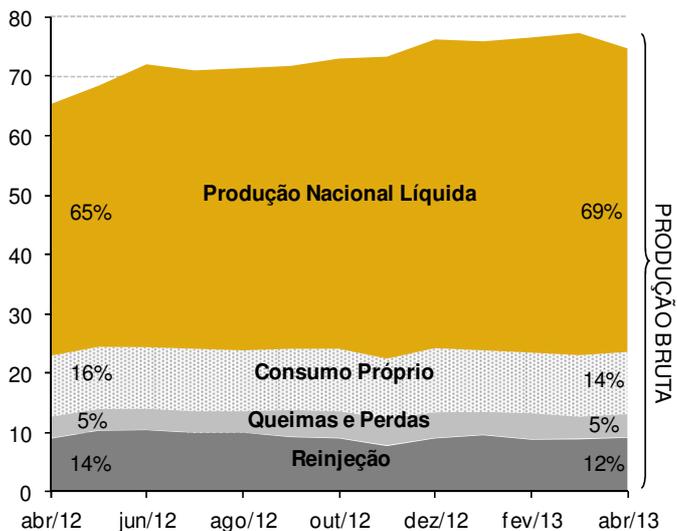
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Abril/2012	Média do período jan-abr/2012	Média em Abril/2013	Média do período jan-abr/2013
Produção Nacional¹	65.313	68.045	74.701	76.086
- Reinjeção	8.890	10.340	9.079	9.028
- Queimas e Perdas	3.632	3.796	3.914	3.989
- Consumo Próprio	10.468	10.633	10.607	10.503
= Produção Nac. Líquida	42.323	43.274	51.100	52.566
+ Importação	38.807	31.035	45.024	48.142
= Oferta	81.130	74.309	96.124	100.708

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

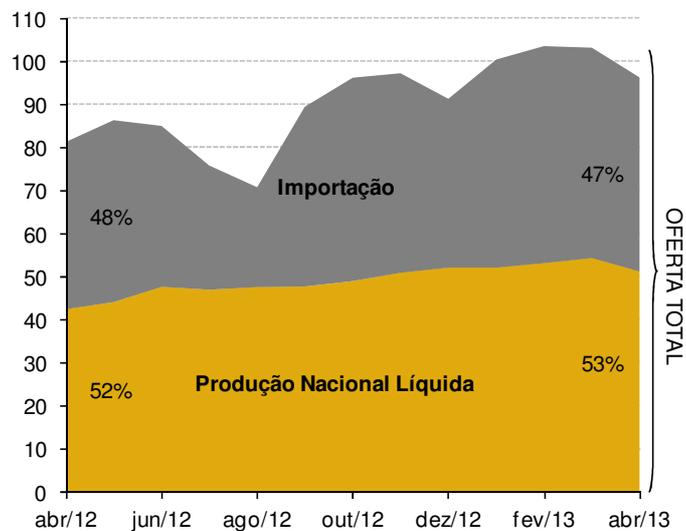
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em abril de 2013 foi, em média, de 68 milhões de m³/dia. Essa média é 16% superior ao volume médio diário consumido em abril de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 57%.

O setor industrial, em abril de 2013, consumiu 28,7 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 3%.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 28,5 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a abril de 2013, um aumento de 151% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 41% do volume total de gás consumido em abril de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 40% do consumo de gás natural em abril de 2013.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Abril/2013	Jan-Abr/2013	Abr-2013/ Abr-2012	Acumulado do Ano
Industrial	28.652	27.444	3	-3
Automotivo	5.134	5.071	-4	-5
Residencial	914	800	13	4
Comercial	719	690	2	2
Geração Elétrica	26.645	28.535	47	151
Co-geração*	2.449	2.464	-19	-17
Outros	3.573	4.382	27	-3.609
Total	68.086	69.387	16	57

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

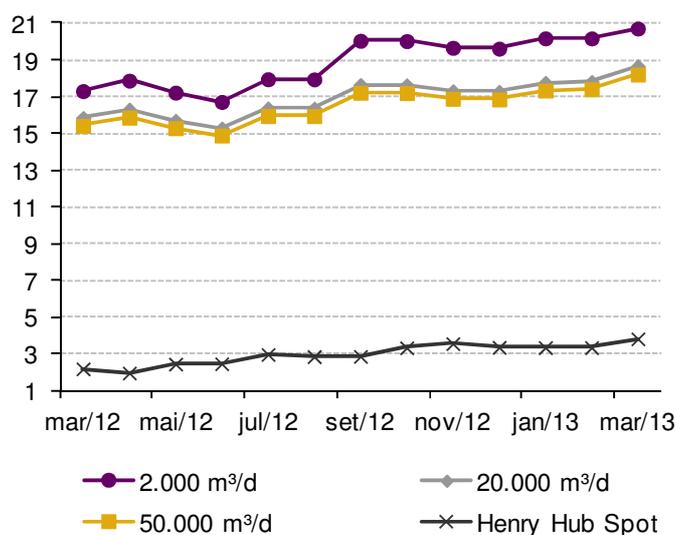
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2013, foi de US\$ 19,20/MMBTU, valor 19% superior ao apresentado em março de 2012 (US\$ 16,73/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,81/MMBTU, valor 75% superior ao apresentado em março de 2012 (US\$ 2,17/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

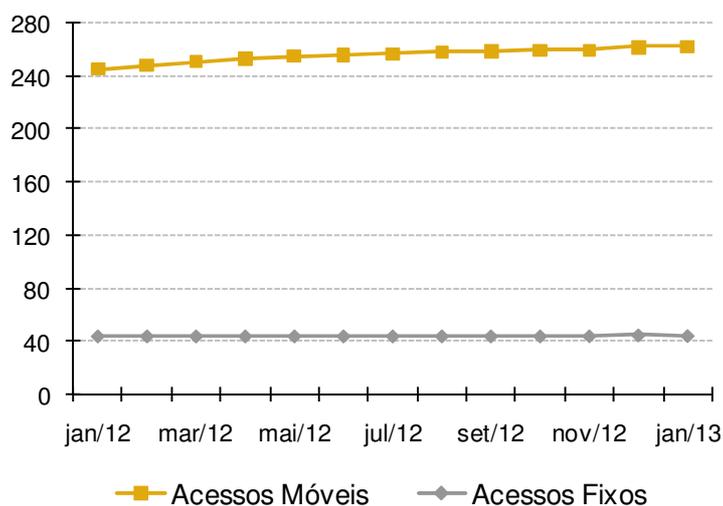
5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia atualizado os dados referentes ao Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis. Seguem as últimas informações disponíveis

Em fevereiro de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 262 milhões, montante 7% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,6% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em janeiro de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor 1% superior ao averiguado em janeiro de 2012.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)**



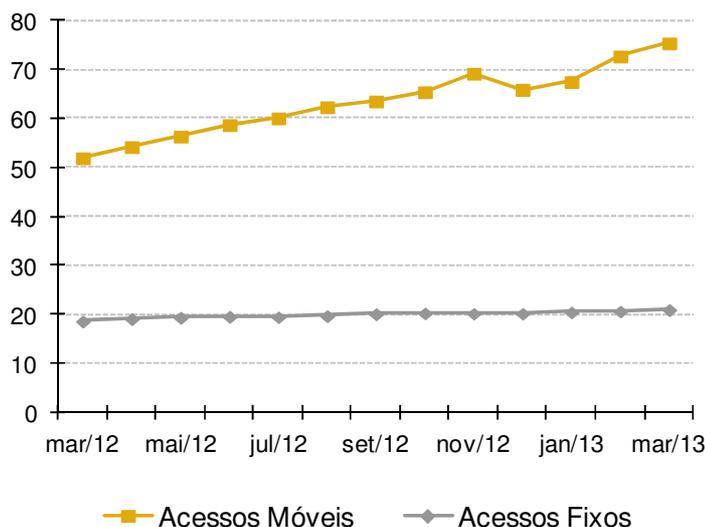
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em março de 2013 foi de 75 milhões, montante 45% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a março de 2013, os acessos de internet móvel foram 4% superiores.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo superior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de março de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a fevereiro de 2013, os acessos a internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em março de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 5% superior ao observado em março de 2012, enquanto a movimentação de granel líquido foi 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em março de 2013, foi 1% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em março de 2013, os TUPs representaram 67% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 46.983 mil toneladas, volume 6% inferior a março de 2012. Os portos públicos movimentaram 17.993 mil toneladas em março de 2013, volume 20% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em março de 2013 foi de 625.450 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 6% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

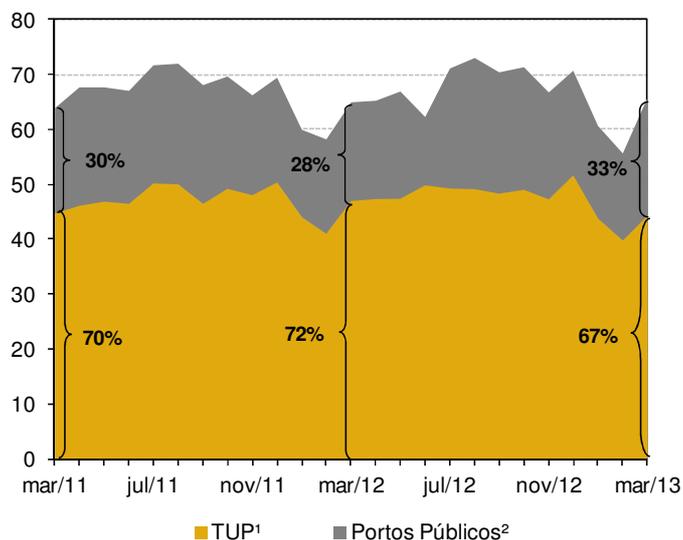
	Período		Varição %
	Mar/2012	Mar/2013	Mar-2013 / Mar-2012
Granel Sólido (a)	42.320	44.273	5%
<i>Portos Públicos</i>	13.843	16.391	18%
<i>TUPs</i>	28.477	27.883	-2%
Granel Líquido (b)	18.608	17.892	-4%
<i>Portos Públicos</i>	3.223	3.613	12%
<i>TUPs</i>	15.384	14.278	-7%
Carga Geral Solta (c)	4.049	3.723	-8%
<i>Portos Públicos</i>	927	1.508	63%
<i>TUPs</i>	3.121	2.215	-29%
Total (a+b+c)	64.976	65.889	1%
<i>Portos Públicos</i>	17.993	21.512	20%
<i>TUPs</i>	46.983	44.376	-6%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (114 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

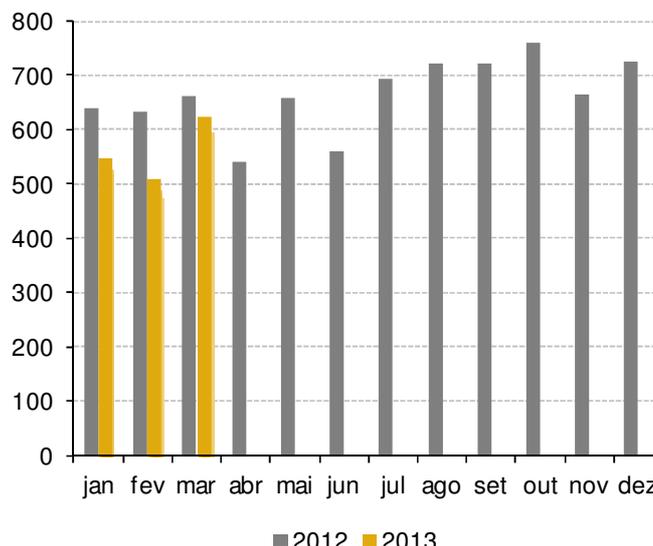


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

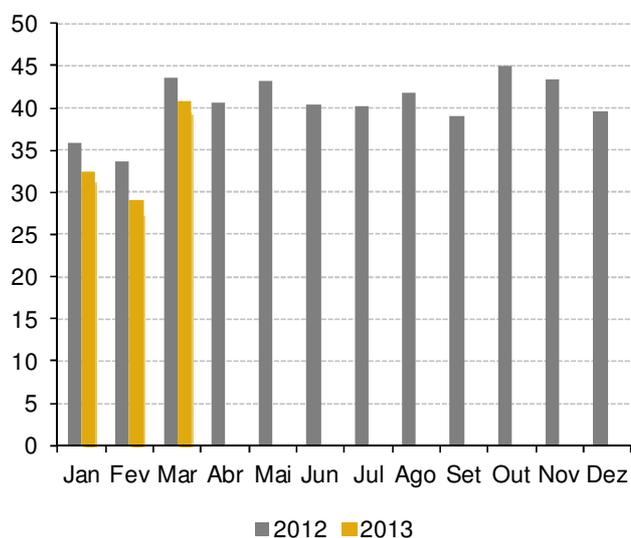
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Desde novembro de 2012 a INFRAERO não homologa os dados de movimentação de carga e passageiros para os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Enquanto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) não disponibilizar esses dados mensalmente as análises sobre a movimentação de carga e passageiros irão considerar os totais sem o volume movimentado desses aeroportos.

Em março de 2013, 10,7 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 1% inferior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

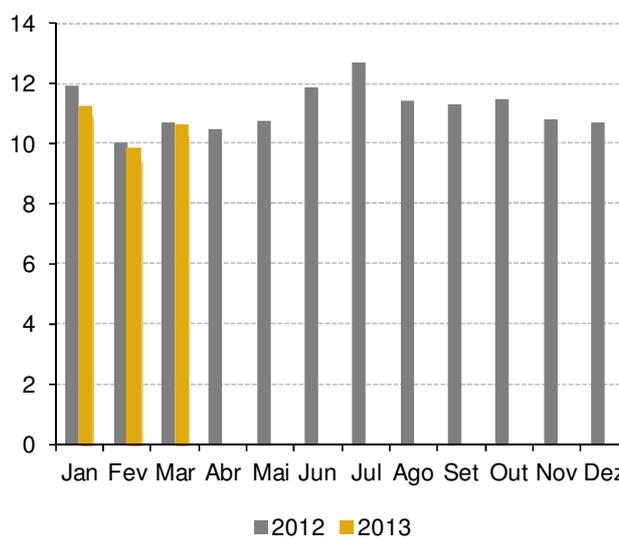
A movimentação de carga aérea total no País, em março de 2013, foi de 41 mil toneladas, montante 7% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

Até o fechamento desta edição a ANTT não havia atualizado os dados referentes ao transporte ferroviário de cargas. Seguem as últimas informações disponíveis

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a março de 2013, foi de 109 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (150%). O minério de ferro correspondeu a 79% do total movimentado entre janeiro e março de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mar

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Mar (mil TU)	Jan-Mar (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	86.496	78.688	10
Produção Agrícola (exceto soja)	4.280	1.713	150
Indústria Siderúrgica	3.418	4.055	-16
Soja e Farelo de Soja	4.504	6.838	-34
Carvão/Coque	2.644	2.730	-3
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	2.122	2.464	-14
Grãos Minerais	1.632	2.387	-32
Aubos e Fertilizantes	934	1.485	-37
Extração Vegetal e Celulose	1.055	1.145	-8
Indústria Cimenteira e Construção Civil	737	1.198	-39
Cimento	679	715	-5
Container	636	579	10
Carga Geral - Não Containerizada	46	88	-47
Total	109.183	104.086	5

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em abril de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 58 milhões de toneladas, montante 6% superior ao averiguado em abril do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	abr/2013	jan-abr/2013	abr-2013 / abr-2012	Acumulado do ano
Marítimo	54.378	197.707	7	4
Fluvial	1.251	4.235	-20	11
Aéreo	121	470	-4	4
Ferrovário	50	211	15	7
Rodoviário	984	3.652	12	4
Outros*	950	4.205	10	41
Total	57.733	210.481	6	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em março de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,7 bilhões, valor 54% superior ao aportado em março de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Maço/2012 R\$ milhão	Março/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	133	1.162	24
Energia Elétrica e Gás Natural	982	1.032	22
Saneamento	69	161	3
Telecomunicações	455	241	5
Transporte	1.440	2.151	45
<i>Aéreo</i>	7	184	-
<i>Aquaviário</i>	99	89	-
<i>Terrestre</i>	1.335	1.877	-
Total Infraestrutura	3.078	4.746	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 111,3 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 5% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 21,7 bilhões o que representa 20% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 13,7 bilhões, o que representa 12% da dotação autorizada. Até o dia 28 de maio, foram liquidados R\$ 2,1 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 15,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 21,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 4,4 bilhões (20% da dotação). Até o dia 28 de maio, foram liquidados R\$ 193 milhões e pagos do orçamento R\$ 181 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 2,8 bilhões.

Cerca de 83% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 17,9 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 12%), hidroviário (R\$ 379 milhões) e outros (R\$ 868 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67,2 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 21% foram pagos até 28 de maio (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos também correspondem a 19% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 77,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 32% no Ministério das Cidades (R\$ 24,5 bilhões) e 28% no Ministério dos Transportes (R\$ 21,0 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 13,8 bilhões (18% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 2,3 bilhões até 28 de maio. O pagamento realizado foi de R\$ 2,0 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 15,2 bilhões. Restam R\$ 37,3 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2013, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 111 bilhões. Foram executados, até o segundo bimestre, investimentos no valor de R\$ 30 bilhões, equivalentes a 27% da dotação autorizada para 2013. Esse valor foi 13% superior ao desembolsado em 2012, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2013 foi de R\$ 99,5 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 28,7 bilhões, o que representa uma execução de 29% do autorizado e 96% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2013 e respondeu por 90% da despesa realizada até o segundo bimestre do ano, num total de R\$ 26,9 bilhões (execução de 30% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 28/05/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.318	18	1	2	0	2	0	84	85	671
MAPA	1.450	3	0	1	0	1	0	259	260	860
MCT	2.099	130	6	83	4	55	3	279	334	850
MDIC	278	48	17	4	1	4	1	23	26	58
MME	222	10	4	4	2	4	2	30	34	27
M. Transportes	21.744	4.403	20	193	1	181	1	2.651	2.831	10.038
M. Comunicações	253	11	4	0	0	0	0	35	35	93
MMA	244	3	1	1	0	1	0	34	35	54
MDA	2.723	526	19	0	0	0	0	253	253	1.699
M. Defesa	11.503	3.423	30	1.013	9	725	6	1.672	2.396	5.256
M. Int. Nacional	10.084	1.914	19	252	2	251	2	1.072	1.322	4.978
M. das Cidades	13.315	499	4	26	0	26	0	1.476	1.502	10.961
Outros**	45.047	2.710	6	564	1	544	1	5.627	6.171	21.679
Total	111.280	13.696	12	2.142	2	1.793	2	13.493	15.285	57.224

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 28/05/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.555	235	9	10	0	10	0	461	471	1.526
Hidroviário	379	0	0	0	0	0	0	8	8	266
Rodoviário	17.943	4.074	23	178	1	166	1	2.035	2.201	7.820
Outros	868	94	11	5	1	5	1	146	151	426
Total	21.744	4.403	20	193	1	181	1	2.651	2.831	10.038

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 28/05/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	37	71
União	4.692	-313	947	3.431

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 28/05/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-183	2.613	9.967
União	67.159	-821	12.545	53.793

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 28/05/2013* R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	4.032	0	0	0	0	0	0	907	907	421
M. Planejamento	2	1	21	0	7	0	7	0	0	0
MCT	152	12	8	3	2	3	2	12	15	84
M. Fazenda	107	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	6.321	88	1	47	1	43	1	939	982	2.312
M. Minas e Energia	387	92	24	16	4	14	4	95	109	140
M. Saúde	3.748	376	10	26	1	26	1	433	459	3.061
M. Transportes	21.039	4.431	21	191	1	179	1	2.707	2.885	9.875
M. Cultura	1.058	324	31	30	3	30	3	79	109	212
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
MDA	1.700	480	28	0	0	0	0	165	165	1.095
M. Defesa	4.207	2.458	58	894	21	615	15	600	1.215	3.271
M. Integr. Nacional	7.802	1.714	22	219	3	218	3	902	1.120	2.960
M. Turismo	697	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	923	0	0	0	0	0	0	210	210	94
M. Cidades	24.514	3.815	16	885	4	885	4	7.957	8.842	13.735
Total	77.772	13.792	18	2.311	3	2.012	3	15.175	17.187	37.280

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2013
Estatais e Agências de Fomento

			R\$ milhão		
Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Minas e Energia	99.544	28.671	Produção Industrial	3.285	723
Comunicações	1.400	97	Energia Elétrica	10.749	1.878
Transportes ¹	0	0	Combustíveis Minerais	76.965	24.185
Defesa	8	1	Transporte Aéreo	1.462	255
Outros	9.876	1.207	Transporte Hidroviário	2.547	456
Total	110.829	29.976	Transportes Especiais	4.630	936

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Indústria	2.575	652	Grupo Eletrobrás	10.241	1.742
Comunicações	1.371	97	Grupo Petrobras	89.303	26.929
Energia	96.833	28.032	Cias DOCAS ²	1.484	99
Transporte	3.493	381	Infraero ²	1.564	279

Fonte: Portaria n.º 196/2013 do MPOG.

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 04 de junho de 2013.